



030

Oliveira

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

689

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0193975-3**APELANTES:** Leonardo Celso Oliveira de Souza e Marcos Paulo da Silva**APELADO:** Ministério Público do Estado de Pernambuco**PROCURADORA DE JUSTIÇA:** Drª. NORMA MENDONÇA GALVÃO DE CARVALHO**RELATOR:** Des. ANTONIO DE MELO E LIMA**REVISOR:** Des. MAURO ALENCAR DE BARROS**ÓRGÃO JULGADOR:** SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

5729

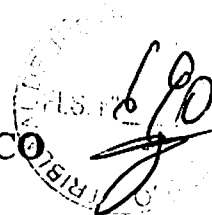
EMENTA: PENAL. PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. LATROCÍNIO CONSUMADO. DECISÃO CONDENATÓRIA. RECURSO DA DEFESA. PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA REJEITADA. PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO. INSUFICIÊNCIA DE PROVAS. INOCORRÊNCIA. REDUÇÃO DA PENA. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO CONHECIDO E NEGADO PROVIMENTO. MANTIDOS TODOS OS TERMOS DA SENTENÇA VERGASTADA.

1. A preliminar foi rejeitada, pois o próprio recorrente afirmou que houve a nomeação de defensores para acompanhar o apelante durante a instrução probatória. Logo, não há que se falar em nulidade por cerceamento de defesa;
2. Em momento algum o apelante apontou um fato concreto a caracterizar o efetivo prejuízo suportado pela defesa, limitando-se apenas a sustentar a existência da citada nulidade, sendo certo que é princípio fundamental no tema nulidades no processo penal a assertiva da não declaração de nulidade do ato, se dele não resultar prejuízo comprovado para as partes;
3. Quanto ao mérito, foi rechaçada a tese defensiva, vez que as provas colhidas durante a instrução criminal confirmam as confissões extrajudiciais, sendo importante ressaltar que a polícia desvendou a autoria delitiva graças à prisão dos receptadores dos bens roubados da vítima;
4. Ao contrário do alegado pela defesa, as provas colhidas durante a instrução atestam a unidade de desígnios existente entre os apelantes, sendo que suas ações resultaram na morte da vítima, consumando o latrocínio narrado nos autos;

Am



031



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

5. Com relação a dosimetria, tem-se que para majorar a pena-base o Juízo sentenciante analisou e indicou concretamente as circunstâncias judiciais que pesaram em desfavor dos recorrentes. Devo enfatizar que as circunstâncias judiciais reclamavam uma pena acima do mínimo permitido, isso em homenagem ao princípio da proporcionalidade;
6. Recurso conhecido e negado provimento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal nº 0193975-3, oriunda da 2ª Vara Criminal da Comarca de Olinda-PE, em que são partes às acima mencionadas. Acordam, por unanimidade, os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em sessão realizada no dia ____/____/____, em conhecer do recurso para negar-lhe provimento, tudo de acordo com o voto em anexo, que passa a integrar o presente acórdão.

Recife, 20 de maio de 2010


Des. Antonio de Melo e Lima
Relator



032

682
9

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0193975-3

APELANTES: Leonardo Celso Oliveira de Souza e Marcos Paulo da Silva

APELADO: Ministério Público do Estado de Pernambuco

PROCURADORA DE JUSTIÇA: Dr^a. NORMA MENDONÇA GALVÃO DE CARVALHO

RELATOR: Des. ANTONIO DE MELO E LIMA

REVISOR: Des. MAURO ALENCAR DE BARROS

ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

RELATÓRIO

Apelam Leonardo Celso Oliveira de Souza e Marcos Paulo da Silva da sentença condenatória prolatada pelo Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Olinda-PE, que os condenou à pena definitiva de 23 (vinte e três) anos de reclusão e 100 (cem) dias-multa, pela prática do crime tipificado no art. 157, § 3º, última parte, do CPB (latrocínio consumado) (fls. 564/572).

O primeiro apelante em suas razões pleiteia sua absolvição alegando que as provas dos autos não autorizam um provimento condenatório. Pugnou, ainda, pela redução da pena (fls. 621/622).

O advogado do segundo apelante levantou uma preliminar de nulidade do processo. No mérito, sustentou a tese de insuficiência de provas e subsidiariamente, pugnou pela redução da pena (fls. 646/652).

Nas contra-razões de fls. 655/671, o Representante do Ministério Público pugnou pela manutenção integral da decisão guerreada.

A ilustre Procuradora de Justiça, em parecer exarado às fls. 674/679, opinou pelo não provimento da apelação.

É o relatório. À Revisão.

Recife, 02 de *de Paulo* de *2003*

Des. Antonio de Melo e Lima
Des. Antonio de Melo e Lima
Relator



033



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0193975-3

APELANTES: Leonardo Celso Oliveira de Souza e Marcos Paulo da Silva

APELADO: Ministério Público do Estado de Pernambuco

PROCURADORA DE JUSTIÇA: Dr^a. NORMA MENDONÇA GALVÃO DE CARVALHO

RELATOR: Des. ANTONIO DE MELO E LIMA

REVISOR: Des. MAURO ALENCAR DE BARROS

ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

VOTO DO RELATOR

PRELIMINAR DE NULIDADE

Senhores Desembargadores,

Trata-se de preliminar guindada pelo segundo recorrente.

Conforme anunciado no relatório, o atual advogado do apelante Marcos Paulo da Silva levantou a presente preliminar de nulidade, alegando, em síntese, que o advogado nomeado para patrocinar a defesa do seu constituinte, esteve ausente em todos os atos da formação da culpa. Afirmou que durante a instrução ocorreu um “desfile de defensores “AD-HOC” nomeados para o acusado, que nada, simplesmente nada perguntaram ou requereram em sua defesa”. Por isso, sustentou que houve um flagrante cerceamento de defesa.

Senhores Desembargadores, conforme se vê, o próprio recorrente afirma que houve a nomeação de defensores para acompanhar o apelante Marcos Paulo da Silva durante a instrução probatória. Logo, não há que se falar em nulidade por cerceamento de defesa.

Nessa linha decidiu a Juíza Sentenciante, quando afastou preliminar idêntica.

Vejamos os argumentos constantes da sentença (fls. 567/568):

“(...) é imperioso apreciar a nulidade suscitada pelos Defensores do acusado Marcos Paulo. Senão vejamos: Os Doutos advogados



034



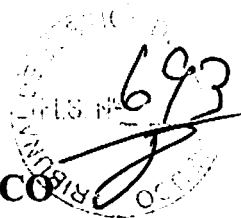
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

alegam violação ao princípio do devido processo legal, em vista da ausência de Defensor Público, nomeado para assistir o réu Marcos Paulo, especialmente na ouvida das testemunhas indicadas pelo Órgão Ministerial. É louvável o zelo dos causídicos. No entanto, não merecem guarida suas assertivas, pois, em todos os atos processuais, um Advogado foi nomeado, a fim de assegurar a defesa do réu Marcos Paulo, conforme se depreende dos termos acostados aos autos. As nomeações ocorreram em vista da 2ª Vara Criminal, à época, não dispor de um Defensor Público, contando com a contribuição de Defensores em exercício nas demais varas criminais e de Advogados militantes na Comarca. Apesar dessas limitações, a Bela. Marly Barros, Defensora Pública da Vara Privativa do Júri de Olinda, nomeada às fls.384, ofereceu defesa prévia e se pronunciou na oportunidade do art.499, do CPP. Ainda: o reconhecimento de uma nulidade exige comprovação de efetivo prejuízo à acusação ou à defesa, a teor do art.563, do CPP, e, no processo em comento, tal não restou caracterizado, pois, no interrogatório, o réu Marcos Paulo, sem coação, forneceu a versão que melhor lhe aprouve e, nas demais audiências, as testemunhas inquiridas não presenciaram a ação criminosa, tomando conhecimento das circunstâncias do delito e da imputação de autoria através do trabalho de investigação policial, divulgado nos meios de comunicação, tanto que os Advogados constituídos pelos outros réus formularam pouca ou nenhuma indagação. Dessa forma, como será demonstrado no mérito, outros elementos de prova evidenciam a culpa dos acusados Marcos Paulo, Abraão Elias e Leonardo Celso, inviabilizando a pretensão dos Cultos Advogados, segundo inteligência da regra ínsita no art.566, do CPP: "Não será declarada a nulidade de ato processual que não houver influído na apuração da verdade substancial ou na decisão da causa". De idêntico modo, não se pode acatar o entendimento de inércia da Defensoria Pública diante das perícias contidas nos autos. A prova técnica veio aos autos após a inquirição das testemunhas e o momento oportuno de conhecê-las e avaliá-las é na ocasião do art. 500, do CPP. A Lei Processual Penal, em seu art.564, enumera as causas de nulidade e nenhuma delas, no entender dessa magistrada, macula o processo penal sob julgamento. A falta de intimação da Defensoria Pública, face o antes exposto, não constituiu



035



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

cerceamento de defesa, especialmente quando, reafirma-se, um Advogado, profissional qualificado, foi nomeado em cada oportunidade processual. O STF já se posicionou sobre o tema: "Se é certo que o defensor do réu deve ser intimado para a audiência de inquirição de testemunhas, a omissão constitui nulidade relativa, acolhível, tão-só, se do fato resultar comprovado prejuízo ao acusado (CPP, art.563)" (RT 584/468). O fato do Advogado nomeado não ter formulado perguntas, igualmente, por si só, não resulta em nulidade, como já decidiu o STJ: "O fato do defensor não ter feito reperguntas não acarreta a nulidade do processo por deficiência na defesa técnica, pois o mesmo poderá, quando lhe for conveniente, permanecer calado, satisfeito com as perguntas feitas pelo Magistrado ou pela acusação" (RT 755/585). Por fim, a simples apresentação de rol de testemunhas, na defesa prévia, não acarreta nulidade. A exigência é de intimação do defensor para esse fim, como observado nos autos, cabendo ao profissional se pronunciar ou não nos termos do art.395, do CPP. A bem da verdade, de modo geral, os Defensores, estrategicamente, se reservam ao direito de refutar os termos da acusação em alegações finais. Destarte, rejeito a nulidade arguida pelos Patronos do denunciado Marcos Paulo (...)."

Pelo exame dos autos, verifica-se que não houve o alegado cerceamento de defesa. Ademais, o apelante não mencionou quais as perguntas e diligências deixaram de ser formuladas e requeridas, ou seja, não foi efetivamente demonstrado o prejuízo para a defesa.

Sucede que é princípio fundamental no tema nulidades no processo penal a assertiva da não declaração de nulidade do ato, se dele não resultar prejuízo comprovado para as partes, nos termos do art. 563 do Código de Processo Penal, que assim prescreve: "Nenhum ato será declarado nulo, se da nulidade não resultar prejuízo para a acusação ou para a defesa".

Repito: em momento algum o apelante apontou um fato concreto a caracterizar o efetivo prejuízo suportado pela defesa, limitando-se apenas a sustentar a existência da citada nulidade.

Para o deslinde do presente aspecto recursal, trago à colação o seguinte fragmento constante do Parecer da douta Procuradora de Justiça, que



036

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

694
6/9/11
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

opinou pela rejeição da citada preliminar (fls. 676/677):

“(...) cumpre esclarecer que não assiste razão ao apelante MARCOS PAULO DA SILVA quanto à preliminar de nulidade do processo arguida em sede recursal. Pela análise do processo, verifica-se que o apelante sempre esteve assistido por profissional do direito que, ativamente, participou de todos os atos processuais (...) observa-se que não se pode dar acolhida a suscitada preliminar de nulidade processual (...)”

É de bom tom afirmar que a doutrina e a jurisprudência exigem a efetiva demonstração do prejuízo para que se declare a nulidade processual.

Nesta trilha está o posicionamento doutrinário, capitaneado por Ada Pellegrine Grinover, Antonio Scarance Fernandes e Antonio Magalhães Gomes Filho, sendo relevante destacar o seguinte trecho¹:

“(...) deve-se salientar que, seja o prejuízo evidente ou não, ele deve existir para que a nulidade seja decretada. E nos casos em que ficar evidenciada a inexistência de prejuízo não se cogita de nulidade, mesmo em se tratando de nulidade absoluta. O STF tem adotado essa linha, podendo mencionar-se o Acórdão proferido pela Primeira Turma no Habeas Corpus n. 81.510 (...)”

Vejamos o seguinte precedente:

“(...) Em tema de nulidade no processo penal, é dogma fundamental a assertiva de que não se declara a nulidade de ato se dele não resultar prejuízo para a acusação ou para a defesa ou se não houver influído na apuração da verdade substancial ou na decisão da causa (CPP, arts. 563 e 566 (...)).” (HC 21.162/RS, Rel. Ministro VICENTE LEAL, SEXTA TURMA DO STJ, julgado em 13.08.2002).

Com efeito, torna-se evidente a ausência de nulidade por cerceamento de defesa, conseqüentemente, não merece prosperar a irresignação do apelante.

¹ As nulidade no processo penal. 9ª ed. Revista dos Tribunais. P. 31.

Assinatura



637



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

Diante do exposto e em sintonia com a Procuradoria de Justiça,
REJEITO a presente preliminar.

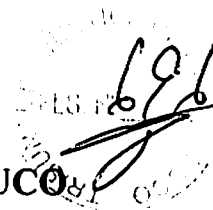
É como voto.

Recife, 10 de março de 2010

Des. Antonio de Melo e Lima
Relator



038



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0193975-3

APELANTES: Leonardo Celso Oliveira de Souza e Marcos Paulo da Silva

APELADO: Ministério Público do Estado de Pernambuco

PROCURADORA DE JUSTIÇA: Dr^a. NORMA MENDONÇA GALVÃO DE CARVALHO

RELATOR: Des. ANTONIO DE MELO E LIMA

REVISOR: Des. MAURO ALENCAR DE BARROS

ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

VOTO DO RELATOR

Mérito

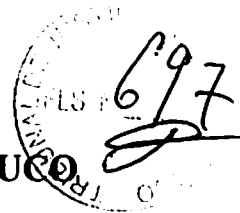
Eminentes Pares,

Antes de adentrar na análise do presente apelo, trago à colação o seguinte trecho da sentença condenatória para melhor esclarecer os fatos imputados aos recorrentes (f. 564):

“(…) no dia 21.10.2005, por volta das 03:00 horas, na rua Sigismundo Gonçalves, por trás do Clube Atlântico, Carmo, nessa cidade, a golpes de pedra, chutes, socos e pontapés, os réus Marcos Paulo, Abraão Elias e Leonardo Celso, mataram, para roubar, a pessoa de Adelson Galvão Dornelas, de quem subtraíram um veículo da marca Volkswagen, modelo Gol, ano de fabricação 2003; um telefone celular da marca Nokia, modelo Neo; uma carteira porta cédulas, contendo documentos pessoais; um par de sapatos e um toca Cd play da marca JVC, que foi receptado pelos acusados Eder Alves, Dídimo José, Alan Soares e Renato Vinícius, consoante auto de apresentação e apreensão de fls. 83/84, auto de entrega de fls. 85, perícia tanatoscópica com ilustração fotográfica às fls. 30/34, certidão de óbito da vítima às fls. 35 e exame em local de homicídio, fls. 40/52, sendo, os três primeiros acusados, presos preventivamente (…).”



039



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

Diante desses fatos os apelantes foram denunciados e condenados nas penas do art. 157, § 3º, última do CP (latrocínio consumado).

Registro que além dos apelantes, também foi condenado como co-autor do latrocínio Abraão Elias da Silva (não apelou) e foram denunciados e beneficiados com a suspensão condicional do processo os receptadores Eder, Didimo e Alan (fls. 406/407).

Partindo para o enfrentamento do presente apelo, verifico que a defesa dos dois apelantes alegou a tese de insuficiência de provas e, subsidiariamente, pediu a redução da pena.

Ante a pluralidade de argumentos defensivos, enfrentarei inicialmente a **tese de insuficiência de provas**.

Analisando as provas dos autos encontro substrato suficiente para afirmar que os apelantes agiram em plena comunhão de desígnios, sendo os autores do latrocínio narrado na denúncia.

Na reportagem jornalística de folha 49-A e no interrogatório perante a autoridade policial (fls. 75/76), o apelante Marcos Paulo, apontado como sendo o autor intelectual do crime, confessou toda a empreitada criminosa. A confissão foi corroborada pelo co-réu, o também recorrente Leonardo Celso (fls. 79/80).

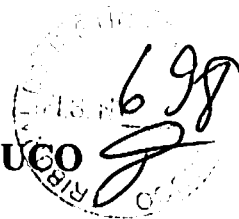
Em juízo, Marcos negou a autoria delitiva e afirmou que sequer esteve em Olinda (local do crime) no dia dos fatos narrados na denúncia, mas confessou que estava na companhia dos demais acusados. Já Leonardo Celso desmentiu o apelante Marcos, afirmando que este chegou na Peixaria em Olinda, em companhia da vítima e que naquele ambiente já se encontravam Leonardo Celso e Abraão (este último também foi condenado, mas não apelou).

Na direção dos argumentos esposados pela acusação estão os depoimentos das testemunhas do rol da acusação – vide folhas 336/347.

Nessa linha, temos que as provas colhidas durante a instrução criminal confirmam as confissões extrajudiciais, sendo importante ressaltar que a polícia desvendou a autoria delitiva graças à prisão dos receptadores dos bens roubados da vítima.



040



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

O receptador Dídimo José afirmou em Juízo (fls. 264/266):

“(...) o interrogado estava caminhando por uma rua perto de sua casa, quando encontrou a pessoa conhecida por Marquinhos; que Marquinhos é o acusado Marcos Paulo; que citado acusado estava com um cd play da marca JVC e chamou o interrogado para perguntar se o genitor dele tinha interesse em adquirir citado aparelho de som (...)”. Tal equipamento estava instalado no carro da vítima.

Dessa forma, posso afirmar que ao contrário do alegado pela defesa, as provas colhidas durante a instrução atestam a unidade de desígnios existente entre os apelantes, sendo que suas ações resultaram na morte da vítima, consumando o latrocínio narrado nos autos.

Como visto, o que emana dos autos é que a irresignação dos apelantes não encontra lastro no bojo probatório, pois estes vão ao encontro da tese manejada pela acusação, ou seja, todas as provas recomendam a manutenção da sentença condenatória.

No mesmo sentido está o posicionamento da Douta Procuradora de Justiça, que afirmou (fls. 677/678):

“(...) Conforme o acervo probatório aportado aos autos, restou evidenciado que os apelantes em comunhão de desígnios e ações com outros indivíduos, mataram para roubar a pessoa da vítima de nome Adelson Galvão Dornelas. Narra o presente caderno processual que os apelantes em co-autoria, desferiram contra a vítima, vários golpes de pedra, chutes, socos e pontapés, para, em sucessivo, subtrair-lhe um veículo automotor e diversos pertences. A prova colhida é clara e reveladora da participação dos apelantes no hediondo evento criminoso. Noticiam os autos, ainda, ter sido provado, à saciedade, que os apelantes premeditaram o crime; Marcos Paulo da Silva atraiu a vítima para o bar da “Peixaria” onde, com a colaboração do outro apelante, Leonardo Celso de Oliveira Souza e de outro comparsa (apenado) mataram a vítima para em seguida roubar-lhe os pertences descritos nos autos. Toda essa dinâmica fora exaustivamente comprovada nos autos pelos depoimentos testemunhais colhidos e pelas demais provas produzidas. A



041

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

sentença, portanto, louvou-se no conjunto de provas existente nos autos e concluiu pela justa condenação dos apelantes (...)."

A Jurisprudência sinaliza para a manutenção da condenação, conforme se verifica dos seguintes precedentes:

"(...) No roubo, mormente praticado com arma de fogo, respondem, de regra, pelo resultado morte, situado evidentemente em pleno desdobramento causal da ação delituosa, todos que, mesmo não agindo diretamente na execução da morte, contribuíram para a execução do tipo fundamental (...)." (HC 35.895/DF, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 02.09.2004).

"(...) Não se afigura como ilegal sentença condenatória que desconsidera álibi apresentado pela defesa e não comprovado, sendo que as instâncias ordinárias consideraram suficientemente comprovada a materialidade e autoria do delito(...)." (HC 20.620/SP, Rel. Ministro JOSÉ ARNALDO DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 04.06.2002). Grifei.

Mantidas as condenações, **passarei a análise da dosimetria.**

Vejamos a fundamentação utilizada pelo magistrado para fixação das penas:

"(...) Atenta ao disposto nos arts. 59 e 68, do CPB, passo a dosimetria da pena: Os acusados são tecnicamente primários e não há registro de outros processos criminais ou inquéritos policiais contra eles. O delito teve grande repercussão no meio social, considerando a violência da execução, que ceifou de modo cruel, como atestam os senhores peritos às fls.30. O repúdio ao delito ganha relevo ao se constatar sua **motivação**: a subtração de bens materiais de valor insignificante e indigno, quando comparado à vida humana. Os acusados, não obstante a primariedade, revelaram **alto grau de periculosidade**. Não se põe em questionamento a **conduta ou opções pessoais da vítima**, mas sim a torpeza que envolveu a ação delituosa. Tais assertivas exigem a aplicação de uma pena em *quantum* suficiente, de modo a coibir novas violações e reparar,



042



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

mesmo que precariamente, a perda imposta aos familiares do ofendido (...)”. Grifei.

Nesse particular, comprovo que o Juízo sentenciante, analisando as circunstâncias do art. 59 do CPB, aplicou a pena-base do crime de latrocínio um pouco acima do mínimo permitido, que é de 20 anos, fixando-a em 23 (vinte e três) anos de reclusão e 100 (cem) dias-multa, a qual tornou-se definitiva, ante a inexistência de outras causas legais passíveis de apreciação.

Observo que para majorar a pena-base o Juízo sentenciante analisou e indicou concretamente as circunstâncias judiciais que pesaram em desfavor dos recorrentes. Devo enfatizar que as circunstâncias judiciais reclamavam uma pena acima do mínimo permitido, isso em homenagem ao princípio da proporcionalidade.

Nessa linha, entendo que **não há qualquer reparo quanto a esse aspecto, pois o descolamento da pena mínima, em apenas três anos, jamais pode ser tido como exacerbado.**

Diante disso, torna-se patente a impossibilidade de redução das penas, as quais foram corretamente fixadas.

Ressalto que permanecerão intactas todas as determinações contidas na sentença vergastada.

Diante do exposto e em harmonia com o posicionamento da Procuradoria de Justiça, **NEGO PROVIMENTO AO APELO.**

É como voto.

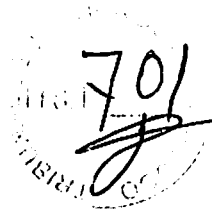
Recife, 10 de maio de 2010

Des. Antonio de Melo e Lima
Relator



043

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros



Apelação Criminal nº: 193.975-3

Comarca Origem: Olinda 2ª Vara Criminal

Apelantes: **Leonardo Celso Oliveira de Souza**
Marcos Paulo da Silva

Apelado: Ministério Público do Estado de Pernambuco

Relator: Des. Antônio de Melo e Lima

Revisor: Des. Mauro Alencar de Barros

Procuradora de Justiça: Dra. Norma Mendonça Galvão de Carvalho

Órgão Julgador: 2ª Câmara Criminal

RELATÓRIO

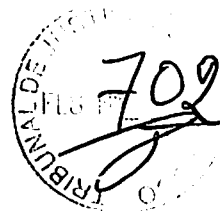
Cuida-se de apelação criminal interposta tempestivamente por **Leonardo Celso Oliveira de Souza e Marcos Paulo da Silva** contra a sentença prolatada pela Exma. Juíza de Direito 2ª Vara Criminal da Comarca de Olinda, Dra. Simone Cristina Barros (fls. 568/572), que, julgando procedente a denúncia, condenou cada apelante à pena de **23 (vinte e três) anos de reclusão**, a ser cumprida em regime inicial fechado, e 100 dias-multa, pela prática do crime tipificado no **art. 157, §3º, última parte, do CP**.

Inconformado com a decisão condenatória, os acusados **Leonardo Celso Oliveira de Souza e Marcos Paulo da Silva** recorreram.

Leonardo Celso Oliveira de Souza, nas razões recursais de fls. 620/622, alega que não restou comprovado nos presentes autos a sua participação no delito em epígrafe, pedindo pela sua absolvição, ou redução da pena.



044



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros

Marcos Paulo da Silva argumenta em suas razões (fls. 646/652), preliminarmente, a ocorrência de cerceamento de defesa, vez que o então patrono do réu esteve ausente em todos os atos da formação da culpa, pugnando pela anulação do processo na parte relativa ao réu Marcos Paulo. Desde já, prequestiona a matéria. No mérito, pugnou pela **absolvição** por insuficiência de provas que amparem uma condenação, ou, pela **redução da pena**.

Por sua vez, o *Parquet* ofereceu contrarrazões (655/671), pugnando pelo **não provimento** do presente apelo.

Parecer da Procuradoria de Justiça, fls. 674/679, opinando, também, pelo **não provimento do apelo**.

É o Relatório.

1. PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA ARGUÍDA PELO APELANTE MARCOS PAULO DA SILVA.

Quanto à preliminar de cerceamento de defesa levantada pelo apelante **Marcos Paulo da Silva**, analisando os autos, entendo que essa tese não pode prosperar.

Deve ser ressaltado que a presente questão já fora analisada pelo Juízo *a quo*, no ato de proferimento da sentença, ocasião em que a magistrada dispôs que **"em todos os atos processuais, um advogado foi nomeado, a fim de assegurar a defesa do réu Marcos Paulo, conforme se depreende nos termos acostados nos autos."**

Outrossim, como também justificado pela magistrada, na sentença, "o fato do advogado nomeado não ter formulado perguntas,



045



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros

igualmente, por si só, não resulta em nulidade, como já decidiu o STJ (...)."

Inferre-se, assim, que o réu **Marcos Paulo da Silva** teve acompanhamento, embora por causídicos diferentes, em todos os momentos do processo.

Ademais, a defesa não especificou o prejuízo direto suportado pelo réu, em face da alegada insuficiência de defesa técnica, que o tenha levado a ser condenado nos presentes autos, *contrario sensu*, apenas destacou, genericamente, um suposto cerceamento de defesa, o que não ocorreu, vez que o *decisum* condenatório, como destacou a magistrada de primeiro grau, foi embasado na vasta prova produzida nos autos que levaria, de qualquer forma, à condenação dos réus.

Pelo exposto, entendo que as garantias constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório foram, *in casu*, observadas.

Ante o explanado, rejeito a presente preliminar de cerceamento de defesa e conheço do presente recurso.

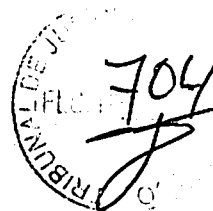
2. MÉRITO

Pela análise dos autos, vislumbro estar demonstrada a materialidade e a autoria do delito pelo qual foram os ora apelantes condenados (latrocínio), não podendo, assim, prosperar as teses defensórias, vez que o **lastro probatório constante nos presentes autos indicam a participação dos apelantes no delito narrado na denúncia.**



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros

046



A materialidade do crime de latrocínio encontra-se registrada nos autos através da perícia tanatoscópica de fls. 30/30-v, das ilustrações fotográficas de fls. 31/34, laudo de fls. 41/46, auto de prisão em flagrante (fls. 67/82), auto de apresentação e apreensão (fl. 83), auto de entrega (fl. 85).

Conforme a denúncia, no dia 21/10/2005, por volta das 3 horas da madrugada, por trás do Clube Atlântico, em Olinda, os acusados **Marcos Paulo**, Abraão Elias (também condenado, contudo, não recorreu da sentença) e **Leonardo Celso** mataram a vítima Adelson Galvão Dornelas, para rouba-lo. Além de subtraí-lo o veículo, também foi produto do roubo outros objetos, vendido pelos também acusados Eder Alves, Dídimo José, Alan Soares e Renato Vinícius.

Analisando os autos, após investigações policiais acerca do assassinato da vítima Adelson Dornelas, foram os ora apelados, juntamente com outros comparsas, presos em flagrante pela venda da *res furtiva* (fls. 67/82).

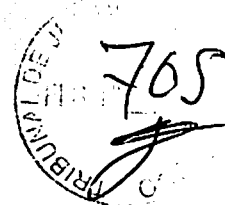
Ao ser interrogado na polícia, **Marcos Paulo** disse que marcaram um encontro com a vítima numa peixaria; chegaram **Marcos**, **Abraão** e **Leonardo** e ficaram aguardando **Adelson** (vítima); informou que **Adelson** (vítima) chegou sozinho no seu carro e os chamou para fumar maconha, tendo todos aceitado, pois eram viciados; contou que foram para trás do Clube Atlântico e, depois de fumarem, **Marcos** tomou a carteira da vítima, **Leonardo** esmurrou a vítima na altura do tórax, **Abraão** golpeou a vítima com uma pedra e todos foram embora do local, levando consigo o carro e demais objetos da vítima. (fls. 75/76)

Abraão confirmou o depoimento prestado por **Marcos Paulo** (fls. 77/78).



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros

047



O ora apelante, **Leonardo**, extrajudicialmente, **também confessou a autoria do crime, esclarecendo que foi convidado por Marcos para "dar um ganho" na vítima que tinha dinheiro, e confirmou as versões apresentadas por seus comparsas.** (fls. 79/80)

A prisão dos réus foi noticiada pela imprensa local, sendo os mesmos, em entrevistas, inclusive degravadas e acostadas nos autos, confessado o delito (fls. 55 e 447/455).

Em juízo, **Marcos Paulo negou a autoria do crime**, disse que **sequer esteve em Olinda** no dia do crime (fls. 237/239); **Abraão negou a autoria**, contudo, **informou que o acusado Marcos chegou com a vítima na peixaria**, local onde estava com o acusado Leonardo (fls. 240/241); **Leonardo também negou a sua participação no crime**, mas confirmou que Marcos chegou na peixaria com a vítima (fls. 244/246).

As testemunhas arroladas pela acusação, por sua vez, confirmam os fatos narrados na denúncia, a exemplo da testemunha Antônio Carlos Cabral, que disse que estava presente quando o réu Marcos, com riqueza de detalhes, narrou todo o *iter criminis*, que, **Marcos disse que "juntamente com Abraão e Leonardo praticaram o crime" de latrocínio contra a vítima dos presentes autos** (fls. 336/347).

Destarte, deparo-me com um vasto lastro probatório reunido nos presentes autos, restando claro que, de fato, os apelantes participaram do crime de latrocínio cometido contra a vítima desses autos.

Por todo o exposto, devem ser mantidas as condenações.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros

048



No que tange a **dosimetria**, percebo que a magistrada *a quo* apreciou as circunstâncias do art. 59 de forma correta e seguindo dos ditames estabelecidos pela lei, **apontando as circunstâncias desfavoráveis aos réus e, conseqüentemente, fixando uma pena um pouco acima do mínimo legal para o crime em questão¹.**

Assim, a pena-base de 23 anos de reclusão e 100 dias-multa para cada réu, tornou-se definitiva, em face da ausência de circunstâncias modificadoras da pena.

Diante de todo o exposto, **rejeito a preliminar** levantada pelo apelante Marcos Paulo da Silva, em face da não constatação de cerceamento de defesa e, no mérito, **nego provimento** ao presente apelo, mantendo-se a sentença vergastada em todos os seus termos.

Recife, 26 de 05 de 2010.


Des. Mauro Alencar de Barros
Relator

¹ Art. 157 - Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência: (...)

§ 3º Se da violência resulta lesão corporal grave, a pena é de reclusão, de sete a quinze anos, além da multa; se resulta morte, a reclusão é de vinte a trinta anos, sem prejuízo da multa.